# EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

**N° 001/2022**

# Finalidade: Contratação De Empresa De Engenharia Para Reforma Do Prédio Da Camâra Municipal De Clevelândia.

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE CLEVELÂNDIA**,

instituída pela Portaria n° 002/2022 torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar em sua sede situada a Rua Dr Francisco Beltrão, 112, Centro, Clevelândia/PR, no dia e hora abaixo designado, procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA CAMÂRA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA,** no Município de Clevelândia, de acordo com o Edital e seus anexos, tudo em conformidade com Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com a Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e com as disposições deste Edital, em atendimento ao processo administrativo nº **25/2022**, por solicitação da Presidência da Camara Municipal;.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DATA | HORA | LOCAL |
| **16/11/2022** | **09 horas** | Departamento de Licitações – Rua Dr Francisco Beltrão, 112, Centro, Clevelândia-PR-CEP 85.530-000 – Fone: (46) 3252-2233/4128 |

O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site DA CÂMARA DE CLEVELÂNDIA, no endereço www.clevelandia.pr.leg.br. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, fone (46) 3252-2233/4128 ou através do email: <cmclevelandia@gmail.com>. A CPL não se responsabilizará pelos Editais e demais informações obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do disposto acima.

# 1 – DO OBJETO

1.1– A presente Licitação autorizada pelo Presidente do Legislativo, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO PRÉDIO DA CAMÂRA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, Neste Município, conforme especificações contidas no projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos. Atendendo todos os padrões técnicos de qualidade especificados no Projeto Básico contido no Anexo I, parte integrante deste Edital para todos os efeitos legais.

# 2 – DAS GENERALIDADES

* 1. – As documentações e proposta de preços que se refere este edital serão recebidas simultaneamente em sessão pública que se realizará na data e horário acima mencionados.
  2. – Se no dia marcado para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes contendo a documentação e as propostas não houver expediente, na Câmara de Clevelândia, nova

reunião, com a mesma finalidade, fica remarcada para o primeiro dia útil seguinte e no mesmo horário.

* 1. – As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico e/ou Jornal de Grande Publicação, por no mínimo uma vez, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas mediante ofício ou diretamente na sessão da licitação.
  2. – A Comissão Permanente de Licitação permanecerá à disposição dos interessados, no horário de expediente da Câmara de Clevelândia, para esclarecer dúvidas e prestar quaisquer informações pertinentes a esta Tomada de Preços, desde que solicitadas por escrito, até o primeiro (1º) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Edital.
  3. – Integram o presente **Edital** os seguintes **ANEXOS:**
     1. – **ANEXO I –** Projeto Básico / Memorial Descritivo
     2. – **ANEXO II –** Projetos
     3. – **ANEXO III –** Planilha Orçamentária.
     4. – **ANEXO IV –** Cronograma Físico Financeiro.
     5. – **ANEXO V –** Declaração de Menor.
     6. – **ANEXO VI –** Carta de Apresentação da Proposta.
     7. – **ANEXO VII –** Minuta Contratual.
     8. – **ANEXO VIII –** Declaração de comprovação – exigida somente para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

# 3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

* 1. – Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que prestam serviços de engenharia na execução de obras objeto da presente licitação, que estejam legalmente constituídas e autorizadas a executar o seu objeto e que atendam às normas, especificações e exigências contidas neste Edital e na Lei Federal nº 8.666/93.

* 1. – A participação de empresa filial, em nome próprio, somente será aceita se expressamente autorizada pela matriz, salvo por determinação estatutária, o que deverá ser comprovado, juntamente com os documentos de habilitação. Neste caso, toda a documentação deverá ser referente à filial.
  2. – No caso de participação da empresa matriz, toda a documentação exigida será a ela relativa, não sendo aceito nenhum documento referente à filial.
  3. – Não poderão participar desta Tomada de Preços:
     1. – Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.
     2. – Empresas cujos sócios ou diretores, responsáveis técnicos ou integrantes da equipe técnica pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante– Empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores e/ou membros da administração direta e indireta da Câmara Municipal de Clevelândia.
     3. – Empresas que se encontre em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
     4. – Empresas em regime de consórcios ou que sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si.
  4. - Poderão participar da licitação regulada por este Edital, pessoas jurídicas, desde que comprovem o recolhimento da quantia correspondente a 3% (três por cento) do preço estimado constante do subitem 16.2 do edital, a título de caução ou garantia de participação, conforme art. 31,III, da Lei n o 8.666/93.

1. O depósito da caução a que se refere o subitem anterior deverá ser efetuado até o segundo dia útil anterior à abertura da licitação, no Setor de Contabilidade, situada na Rua Dr Francisco Beltrão, 112, Centro –CLEVELÂNDIA – Paraná, fones: (46) 3252-2233/4128.
2. a caução poderá ser feita nas modalidades e critérios previstos no art. 56 da Lei 8.666/93 e item 26 deste edital.
   * 1. As empresas não vencedoras poderão requerer a devolução da caução de participação, a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação da homologação desta Tomada de Preços.

# 4 – DO PROCEDIMENTO

* 1. – O representante legal da licitante deverá entregar, impreterivelmente, os envelopes "Documentação" e "Proposta de Preços" até o dia, horário e local já fixados no preâmbulo.

# – Será admitido o envio da documentação via sedex ou outra forma similar.

* 1. – Considera-se como representante qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, com poderes específicos de representação durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação e/ ou propostas de preços.
  2. – Entende-se por documento credencial:

1. tratando-se de representante legal, o **estatuto social** ou o **contrato social**, podendo este ser **substituído pela última alteração contratual consolidada** ou outro **instrumento de registro comercial,** registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
2. tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO, público ou particular, este com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para assumir obrigações, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;
3. a procuração de que trata a alínea anterior deverá estar acompanhada de um dos documentos indicados na alínea “a”, deste subitem, comprovando os poderes do mandante para a outorga;
4. cada credenciado deverá representar apenas uma licitante;
5. o documento de apresentação do representante deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitação antes da entrega dos envelopes e nunca dentro deles, **sem o qual o representante não será considerado presente ao Ato Público de recebimento e abertura dos envelopes.**
   1. – O representante legal e o procurador deverão **identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.**
   2. – O documento credencial deverá ser apresentado à Comissão Permanente de Licitação no início dos trabalhos e antes da abertura dos envelopes “Documentação e Proposta de Preços”.
   3. – A não apresentação do credenciamento **não inabilitará** a licitante, **mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em seu nome.**
   4. – Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de interessada retardatária, a não ser como ouvinte.
   5. – A abertura dos envelopes contendo a “Documentação” e as “Propostas de Preços” será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.
   6. – Inicia-se a sessão, com a abertura dos envelopes "Documentação" de todos os licitantes participantes, não sendo permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta Tomada de Preços.
   7. – Na primeira sessão, os envelopes contendo as Documentações serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação na presença das partes interessadas e, que fará a verificação da conformidade e compatibilidade da documentação apresentada com os requisitos e especificações do edital, e dará vista dos mesmos.
   8. – Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.
   9. – As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "DOCUMENTAÇÃO", ou que os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.
   10. – Não sendo necessária a suspensão da reunião de análise das documentações ou realização de diligências ou consultas, a Comissão decidirá sobre a habilitação de cada

licitante. Caso contrário, a conclusão da análise da documentação de habilitação apresentada e a divulgação do resultado dar-se-á em sessão para tanto convocada, nos termos da Lei.

* 1. – Os envelopes contendo as “Propostas de Preços”, devidamente rubricados pela CPL e pelos licitantes presentes, ficarão sob guarda da CPL, até que seja concluída a análise da documentação de habilitação e divulgado seu resultado; ultrapassada a fase de habilitação, transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos porventura interpostos, também em reunião para tal fim convocada e na presença dos licitantes presentes serão abertos os envelopes contendo as “Propostas de Preços”.
  2. – Ultrapassada a fase de habilitação e abertos os envelopes "Proposta de Preços", não caberá a desclassificação das propostas de preços por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
  3. – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a autoridade superior homologará a licitação.
  4. – Havendo interposição de recursos, os envelopes contendo as “Propostas de Preços”, devidamente rubricados pela CPL e pelos licitantes presentes, ficarão sob guarda da CPL, até que seja concluída a análise daquele e divulgado seu resultado.
  5. – É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Tomada de Preços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da documentação e das propostas.
  6. – Os envelopes contendo as Propostas de Preços das empresas inabilitadas ficarão à disposição das mesmas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação, após o que serão destruídos pela Comissão Permanente de Licitação.

# 5 – DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

5.1. Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO e as PROPOSTA DE PREÇOS serão entregues no local, data e horário fixados para a licitação, em envelopes separados e lacrados, contendo em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

Envelope n° 01

Documentação de Habilitação

Câmara Municipal de Clevelândia – PR

Tomada de Preços n° 001/2022 Razão Social da Empresa

Data, Horário e Local

Envelope n° 02 Proposta de Preços

Câmara Municipal de Clevelândia – PR

Tomada de Preços n° 001/2022

Razão Social da Empresa Data, Horário e Local

# 6 – DA DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE 01

1. - Todas as licitantes deverão apresentar dentro do envelope n° 01 os documentos específicos para a participação nesta TOMADA DE PREÇOS, numerados sequencialmente e na ordem a seguir indicada:
   1. - CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL-CRC, devidamente atualizado e em conformidade com as condições gerais deste instrumento convocatório, ou ainda, comprovação de que apresentou toda documentação necessária à emissão do mesmo até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação para tal finalidade.

# – Habilitação Jurídica

* + 1. – Prova de constituição da empresa, apresentada da seguinte forma.
       1. ato constitutivo, **estatuto** ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
       2. inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
       3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
       4. **Carteira de Identidade** e **CPF dos sócios** e **de quem** representará a empresa junto a licitação.
    2. - No caso de ME ou EPP, **Certidão expedida pela Junta Comercial**, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas, segundo disposição do art. 8º da Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC nº 103 de 30.04.2007.
    3. - **Declaração de comprovação,** exigida somente para **microempresas e empresas de pequeno porte**, de enquadramento em um dos dois regimes, caso pretenda beneficiar-se, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, de acordo com o **ANEXO VIII**.

# – Regularidade Fiscal

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)** do Ministério da Fazenda.
2. Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes** Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
3. **Prova de situação regular perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN),** que abrange todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB N. 1.751 de 02/10/2014.
4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Pública Estadual** da sede do domicílio do licitante.
5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Pública Municipal** da sede do domicílio do licitante.
6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –

**FGTS,** expedida pela Caixa Econômica Federal.

1. Prova de regularidade **Trabalhista,** mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT fornecida pela Justiça do Trabalho.

# – Qualificação Econômico-Financeira

1. Certidão negativa de **falência ou recuperação judicial**, expedida pelo Cartório Distribuidor, da sede da pessoa jurídica.
2. Prova **de que possui**, na data da apresentação da proposta, capital social registrado e integralizado ou patrimônio liquido, **no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação,** admitindo-se sua atualização, por meio da aplicação de índices oficiais.
3. **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social,** já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente assinado por profissional responsável e que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
   1. A comprovação da boa situação financeira da empresa será avaliada através da utilização dos seguintes índices contábeis: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento Geral (GEG), de conformidade com o disposto no § 5°, do art. 31, da Lei 8.666/93.

*LG = Ativo Não Circulante*

*Passivo Não Circulante*

*LC = Ativo Circulante Passivo Circulante*

* 1. Os dados financeiros serão extraídos do balanço de que trata a alínea “c.1”, acima, e deverão demonstrar:

*Liquidez Geral, igual ou maior que 1,0 (um); Liquidez Corrente, igual ou maior que 1,0 (um);*

*Grau de Endividamento Geral, igual ou menor que 1,00 (um).*

c) Comprovação do recolhimento de caução de participação, consoante exigência do item 3.6 deste edital.

# – Qualificação Técnica

1. Certidão de Registro da empresa licitante e de seu responsável técnico no CREA/CAU, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante.
2. Capacitação técnico-profissional - cuja comprovação se fará mediante atestado emitido em nome de profissional(is) responsável(is) técnico(s), dentro das atribuições profissionais inerentes ao objeto deste Edital, com as respectivas CAT - Certidão(ões) de Acervo Técnico, emitidos em qualquer caso devidamente certificado pelo CREA/CAU, de características pertinentes com o objeto desta licitação.
   1. Caso o(s) RT(s) indicado(s) não esteja(m) no Quadro Técnico da licitante, conforme contrato social e/ou certidão apresentada no subitem 6.5 “a” do Edital, o(s) atestado(s) apresentados só será(m) aceito(s) se a empresa apresentar declaração assinada, assumindo o compromisso de que, caso seja vencedora do certame, o RT indicado integrará o seu Quadro Técnico, mediante carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
3. Capacitação técnico-operacional - cuja comprovação se fará através de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprovem aptidão da licitante para o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
   1. Os atestados que não vierem acompanhados das respectivas CAT’s poderão ser objeto de diligência para verificar sua autenticidade.
4. Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão sede da licitante, devidamente atualizado, do exercício atual.
5. Comprovação de disponibilidade, mediante declaração formal, de máquinas, equipamentos, pessoais técnicos especializados, para a execução dos serviços objeto desta licitação.
6. Declaração de vistoria, emitida pelo licitante, comprovando que a empresa licitante esteve no local da execução dos serviços, que está ciente de todas as dificuldades e condiçõesnecessárias para executá-la, que tem pleno conhecimento dos projetos e das especificações técnicas, sendo estes satisfatórios para que o serviço seja realizado dentro do prazo previsto pelo CONTRATANTE, assumindo total responsabilidade pelo serviço caso seja a vencedora do certame.
   1. – Declaração de que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao inciso V, do artigo 27 da Lei n.º 8666/93, **atestando não possuir em seu quadro funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como nenhum funcionário menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos**.
   2. – Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitação.

OBS: Quando a licitante optar por autenticar sua documentação nesta Comissão, deverá apresentá-la com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

* 1. – Serão desclassificadas as licitantes cuja documentação estiver em desacordo com as exigências deste Edital e da legislação aplicável.
  2. – Para as certidões que não mencionarem o prazo de validade, fica convencionado pela Comissão Permanente de Licitação, que o prazo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento.

# 7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE N° 02

A proposta de preço contida no Envelope n° 02 deverá ser apresentada com as seguintes exigências:

* + 1. Fazer menção ao número desta Tomada de Preços e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de e-mail e o respectivo endereço com CEP, para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento.
    2. Ser apresentada em papel timbrado, em língua portuguesa, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, assinadas na última folha, rubricadas nas demais e entregues no local, em dia e hora determinados neste Edital, contendo especificação dos valores referentes a mão-de-obra e de material.
    3. Conter o prazo para execução dos serviços, que não deverá exceder a 06 (seis) meses, contados após o recebimento da ordem de serviço pela contratada.
    4. Valor da proposta, em algarismo arábicos e por extenso, prevalecendo o último em caso de divergência.

7.1 – Para elaboração da proposta, a firma proponente deverá observar as especificações dos materiais, equipamentos e serviços, contidas nas especificações técnicas, memoriais descritivos, planilha de orçamento analítico e projetos, constantes deste Edital.

7.2. O preço total do serviço, constante da proposta, deverá englobar, além daquelas explicitadas neste Edital, todas as despesas com materiais, equipamentos, mão-de-obra, transporte, ferramentas, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais, seguros, tributos incidentes, BDI e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, geradas para a execução dos serviços especificados neste Edital. Deverá, obrigatoriamente, estar anexada, a planilha de preços, o cronograma físico-financeiro e a planilha de composição do BDI;

**8 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

* 1. – A apresentação da documentação exigida neste Edital estende-se às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, as quais deverão ainda comprovar a sua condição para que recebam os benefícios da Lei Complementar n° 123/2006.
  2. – Se a documentação enviada nos termos do subitem anterior for proveniente de microempresa ou de empresa de pequeno porte e apresentar alguma restrição quanto à regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
  3. – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

# 9 – DOS PRAZOS

A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data estabelecida no preâmbulo desta Tomada de Preços.

* 1. – Se por motivo de força maior a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias e, caso persista o interesse DA CÂMARA DE CLEVELÂNDIA, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.
  2. – O não cumprimento, injustificado, dos prazos de início da execução e de entrega dos serviços estipulados neste Edital implicará em multa de 0,10% (zero vírgula dez por cento) do valor total dos serviços contratados, por dia de atraso, limitado a 10% deste valor.
  3. – O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados após o recebimento da ordem de serviço pela contratada.

9.4– O prazo previsto para a execução do serviço será de 06 (seis) meses após o recebimento da ordem de serviço pela contratada

**10 – DO TIPO DE LICITAÇÃO**

10.1 – Trata-se da Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, enquadrada nos termos do

artigo 45, § 1º, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

**11 – DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

* 1. – Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e

II da Lei Federal n° 8.666/93, aquelas que:

* + 1. – não atenderem às exigências contidas no Edital e seus Anexos;
    2. – apresentarem preços superiores aos praticados no mercado ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e, que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
  1. – Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação e/ou de outras propostas, escoimadas das causas que levaram à inabilitação das licitantes e/ou à desclassificação das propostas.
  2. – A desclassificação do licitante importa a preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

**12 – DO JULGAMENTO**

* 1. – Será vencedora a empresa que apresentar a proposta de acordo com as especificações

do Edital e ofertar o menor preço global, nos termos do item 4.14 e 4.15 do presente Edital, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

* 1. – A comissão poderá relevar erros ou omissões formais, dos quais não resultem prejuízo para o atendimento da proposta ou para o serviço público.
  2. – Não serão aceitas reivindicações pleiteando adicional de preço por falta ou omissão que porventura vier a ser verificada na proposta ou pedido de desconsideração da mesma por razões semelhantes.

**13 – DO DESEMPATE**

* 1. – Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as

microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, na forma do art. 48 § 3° e seguintes da Lei Complementar n° 123/2006. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

* 1. – Para efeito do disposto no subitem 13.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1. – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, utilizando-se do benefício legal previsto na Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006;
2. – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma acima mencionada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 13.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
3. – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 13.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
   1. – Na hipótese da não contratação nos termos supra previsto, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
   2. – O disposto no subitem 13.3, acima, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
   3. – Em caso de empate entre duas ou mais propostas que não tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, será obedecido o disposto no § 2º, do artigo 45, da Lei Federal n° 8.666/93.

# 14 – DO DIREITO DE PETIÇÃO

Os autos do processo estarão sempre com vista aos interessados no horário de expediente.

* 1. – Observado o disposto no artigo 109, da Lei Federal n° 8.666/93, a licitante poderá apresentar recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inabilitação, do julgamento das propostas, da anulação ou da revogação desta Tomada de Preços.
  2. – Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
  3. – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da CPL que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
  4. Os fatos e os fundamentos do recurso deverão ser reduzidos por escrito e encaminhados à Comissão Permanente de Licitação, juntamente com as provas e a documentação que a recorrente entender necessárias e pertinentes

**15 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

15.1 – Se nenhuma irregularidade for verificada, a Comissão de Licitação proporá à

Autoridade Superior a adjudicação do objeto da licitação à proponente que tiver atendido às disposições do Edital e tiver ofertado o Menor Preço Global, para sua execução.

**16 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

* 1. – As despesas decorrentes da presente licitação e de seu respectivo contrato correrão à

conta da seguinte rubrica orçamentária:**:**

**4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações**

* 1. – Estima-se o valor total do presente contrato objeto deste Edital em **R$ 392.552,79 (trezentos e noventa e dois mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos).**

**17 – DO TERMO DE CONTRATO**

17.1 – A execução do contrato regular-se-á pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as

disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei Federal n° 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

**18 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**

* 1. – A Câmara Municipal de Clevelândia convocará oficialmente a licitante adjudicada, para no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.
  2. – O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
  3. – É facultado à Câmara Municipal de Clevelândia, se a convocada recusar injustificadamente a assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei Federal n° 8.666/93.
  4. – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.
  5. – O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do artigo 64, § 2º, da Lei Federal n° 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

**19 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o que preceitua o §1º do artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

# 20 – DO PAGAMENTO

* 1. – Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de Nota Fiscal gerada após serem vistoriadas e assinadas por engenheiro contratado pela Camara Municipal.
  2. – Para fins de pagamento será solicitada à apresentação das certidões de regularidade fiscal para com o FGTS, INSS, Trabalhista, Conjunta Federal, Estadual e ISS do local da prestação do serviço.
  3. – Os pagamentos ficarão condicionados às retenções estipuladas na legislação previdenciária.

# 21 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

* 1. – É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital em até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, devendo a Câmara Municipal de Clevelândia, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.
  2. – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante à Câmara Municipal de Clevelândia a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data estabelecida para o recebimento dos envelopes Documentação e Proposta de Preços, apontando as falhas ou irregularidades que porventura o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
  3. – A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar desta Tomada de Preços até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

# 22 – DAS PENALIDADES E SANÇOES ADMINISTRATIVAS

* 1. – O atraso injustificado e o não cumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais sujeitará a Contratada às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n° 8.666/93, ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.
  2. – A infração de qualquer cláusula ou condição do contrato sujeitará a Contratada, independentemente do pagamento da multa correspondente, a critério da Contratante, à rescisão do contrato, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.
  3. – Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos a ampla defesa e o contraditório, enquanto não houver decisão definitiva da Contratante. Em caso de multa aplicada à Contratada, a Contratante reterá parte do pagamento a ela devido e que será posteriormente liberada, em caso de absolvição e, definitivamente descontada do pagamento, em caso de condenação na esfera administrativa.

# 23 – DA RESCISÃO

* 1. – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n° 8.666/93.
  2. – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  3. – A rescisão do contrato poderá ser:
     1. – determinada por ato unilateral e escrito, da Administração da Câmara Municipal de Clevelândia, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
     2. – amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, nos autos desta licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
     3. – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
  4. – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

# 24 – DA TOMADA DE PREÇOS

A critério da Câmara Municipal de Clevelândia, está Tomada de Preços poderá:

* 1. – Ser anulada, de ofício ou por provocação de terceiros se houver ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
  2. – Ser revogada, a juízo da Administração da Câmara Municipal de Clevelândia, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
  3. – Ter sua data de abertura dos envelopes "Documentação" e "Proposta" transferida, por conveniência exclusiva da Câmara Municipal de Clevelândia.
  4. – Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preços:
     1. – a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal n° 8.666/93.
     2. – a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o dispositivo citado no subitem anterior; e,
     3. – no caso de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

# 25 – DA SUBCONTRATAÇÃO

* 1. - A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar, mediante autorização da CONTRATANTE, no máximo, até 30% (trinta por cento) da obra, a microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, sob pena de rescisão contratual. É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL DO OBJETO.
  2. - Em caso de subcontratação do objeto, esta deve efetivar-se, também, mediante contrato e somente após verificado o atendimento a todas as condições de habilitação constantes do edital e impostas às concorrentes que participaram do evento. Deverá, havendo subcontratação, ser observado o disposto no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/06.

# 26 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
  2. – A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos (termo de referência).
  3. – Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos faltantes necessários à habilitação, que não tiverem sido entregues até o momento da abertura dos trabalhos.
  4. – A Comissão poderá solicitar, em qualquer oportunidade, informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes.
  5. – É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, na documentação e proposta.
  6. – A ausência de pedido de esclarecimentos complementares por parte das proponentes implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.
  7. – A licitante que, sem justa causa, descumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos e de força maiores, devidamente justificados e comprovados, responderá, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, às penalidades e sanções pertinentes à matéria.
  8. – Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Clevelândia, na Rua Dr Francisco Beltrão, 112, Centro, pelo telefone (046) 3252-2233/4128, ou por e-mail: [cmclevelandia@gmail.com](mailto:cmclevelandia@gmail.com), no horário das 07:00 às 13:00 horas, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

Clevelândia, 24 de outubro de 2022.

# Juliana Pogogelski Reali Rodrigues

**Presidente de Comissão Permanente de Licitação**

# ANEXO I PROJETO BÁSICO

1. **INTRODUÇÃO**

Fazem parte deste projeto básico:

* + Memorial Descritivo;
  + Planilha Orçamentária;
  + Cronograma Físico-Financeiro e;
  + Projeto Arquitetônico.

# DO OBJETO

Trata-se de instauração de procedimento licitatório, objetivando a Contratação de Empresa de Engenharia para realização de **Reforma do Prédio da Câmara Municipal de Clevelândia**, conforme especificações contidas no memorial descritivo, planilha orçamentária e especificações técnicas.

# DO VALOR

* 1. O valor do serviço constante da planilha orçamentária perfaz o montante estimado do objeto da licitação em R$ 392.552,79 (trezentos e noventa e dois mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos).
  2. O valor do objeto discriminado neste Projeto Básico será fixo e irreajustável durante a vigência contratual.

# DOS PRAZOS

* 1. O prazo previsto para execução do serviço será de 06 ( seis) meses após o recebimento da ordem de serviço pela contratada.
  2. O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo pelas partes.

# RECURSOS FINANCEIROS

* 1. Os recursos são oriundos de recursos próprios e previstos no orçamento de 2023 através da seguinte dotação:

4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Oferecer livre acesso aos locais das obras, como também, delimitar o espaço onde a mesma será implantada, estabelecendo seus limites, e, amarrando pelo menos um destes a um ponto fixo exterior ao mesmo;
2. Designar um gestor para o contrato, que se encarregará de dar todo apoio e conhecimento para que a contratada desempenhe bem o seu papel;
3. Fiscalizar a execução dos serviços sem interferir no modo de gestão da contratada;
4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues, executados e ou fornecidos em desacordo com o contrato;
5. Efetuar os pagamentos das faturas em até 30 dias após a apresentação da nota Fiscal.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte de pessoal, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução dos objetos deste termo;

1. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte os produtos objeto desse respectivo termo, que por ventura se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos respectivos objetos;
2. Aceitar, nas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
3. A Contratada está obrigada a prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Contratante, cujas exigências, desde que compatíveis com as desse termo, deverá obrigatoriamente ter que atender;
4. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas nesse termo, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação respectiva;
5. A contratada está obrigada a responsabilizar-se por danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do objeto em questão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da Contratante;
6. A Contratada está obrigada a executar os objetos desse projeto básico, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento dos mesmos, assumindo total responsabilidade por quais quer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções respectivas, causem à contratante;
7. A Contratada está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependências da Contratante;
8. A Contratada está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus pressupostos, mandatários ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus pressupostos ou conveniados;
9. Além das responsabilidades resultantes da Lei 8.666/93 constituída ainda obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:
   * executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas e com o projeto básico.
10. Estar ciente que executará todos os serviços especificados no orçamento básico. Se algum quantitativo estiver em descordo com o seu particular levantamento deverá ser questionado antes da abertura das propostas.

# DO PAGAMENTO

1. O pagamento dar-se-á da em parcelas de acordo com as medições previstas no cronograma físico- financeiro a emissão da nota fiscal e entrega do objeto.
2. Deverá vir acompanhada com a nota fiscal o certificado de regularidade fiscal perante o INSS, ao FGTS e a Justiça Trabalhista CNDT, bem como a planilha de medição e também deverá vir especificado na nota fiscal: **LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2022-** CONTRATO n.**º** XX/2022.
   1. Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será sustado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da fatura.
   2. A nota fiscal deverá ser entregue na A Câmara Municipal de Clevelândia, durante o horário do expediente.
3. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
4. Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.
5. Será emitido a guia de recolhimento do imposto municipal – ISSQN com alíquota de 3,5% (três virgula cinco por cento) sobre a mão-de-obra.
   1. O imposto será proporcional à medição.
   2. O pagamento da segunda e demais medições será efetuado mediante a apresentação do comprovante de quitação dos impostos municipais.
6. Se os serviços previstos numa parcela mensal do cronograma físico-financeiro não forem executados, qualquer serviço da parcela seguinte não será pago.
7. No caso em que o valor dos serviços executados for superior ao da parcela mensal, estabelecida no cronograma físico-financeiro, estes poderão ser faturados desde que todos os serviços das parcelas anteriores estejam concluídos.
8. A liberação da primeira parcela fica condicionada a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da execução da obra, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, cópia da matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da obra e serviços, da relação de funcionários que executarão a obra.
   1. Os pagamentos das parcelas subsequentes ficam condicionados a apresentação da comprovação de quitação dos encargos trabalhistas dos funcionários da proponente, junto ao INSS e ao FGTS e do boletim de medição.
9. A liberação da última parcela fica vinculada a apresentação da certidão negativa da obra junto ao INSS, do pagamento referente à última parcela do ISSQN e do termo de recebimento provisório.

# PENALIDADES

* 1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do artigo 78 da Lei 8.666/93, a Contratada poderá sujeitar-se às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, garantida prévia defesa:
     1. Advertência;
     2. Multa;
     3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos seguintes termos;
     4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

# CONTROLE DA EXECUÇÃO E GESTOR DO CONTRATO

* 1. A Gestão do Contrato será de responsabilidade da Câmara Municipal; a execução e o controle dos serviços serão acompanhados e fiscalizados pela engenheira Franciane Cavaleiro Pedron na condição de representante do CONTRATANTE, a qual ficará responsável pelo atestado do cumprimento do objeto firmado, assim que devidamente comprovada a realização das despesas, mediante a apresentação da primeira via da Nota Fiscal/Fatura.
     1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
     2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

# MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA

[https://drive.google.com/file/d/11cGnhLU74zIIwMz5kxjfzW1Jb5c7Q5jw/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/11cGnhLU74zIIwMz5kxjfzW1Jb5c7Q5jw/view?usp=sharing%0c)

# ANEXO II

# PROJETOS

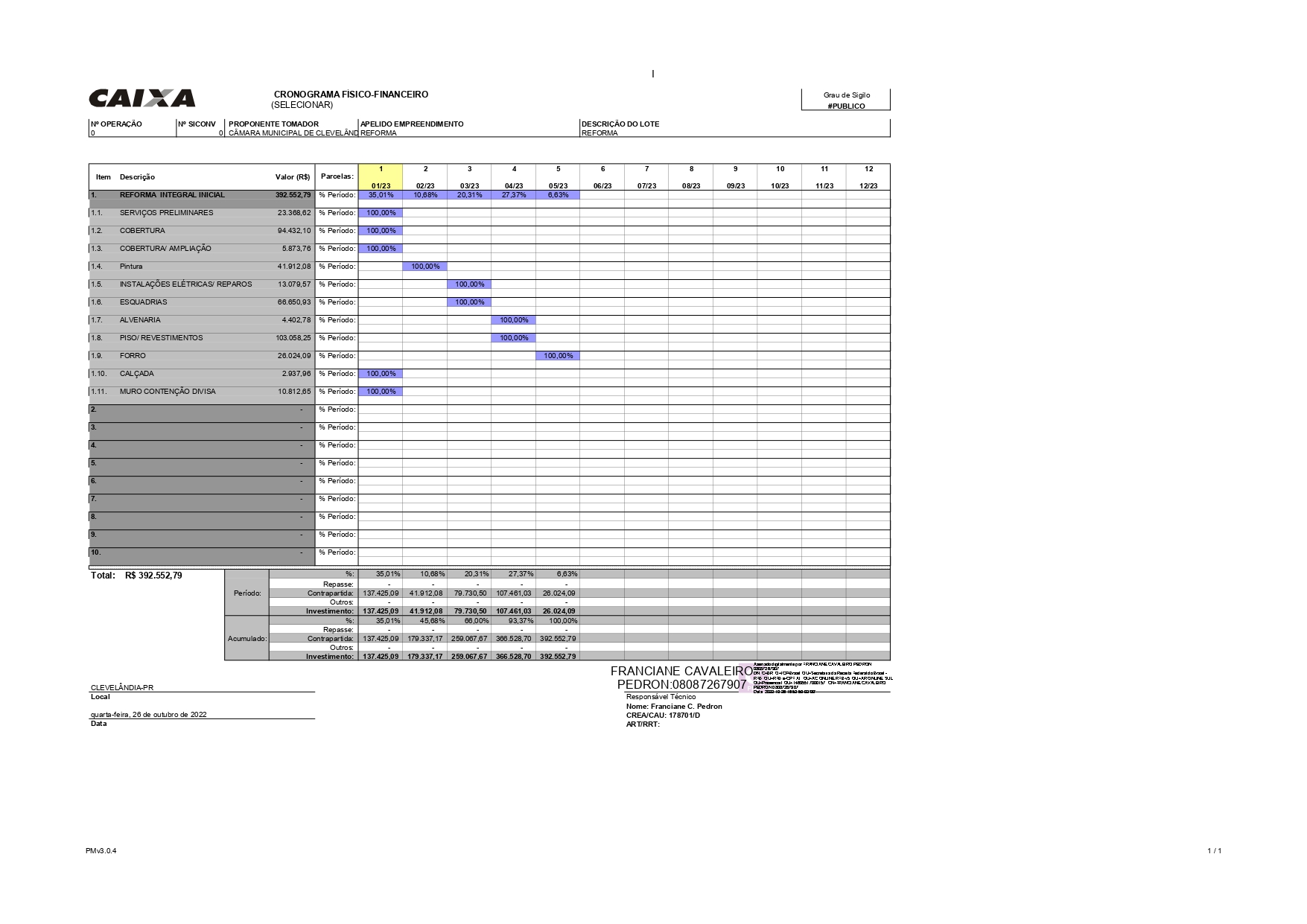
# [https://drive.google.com/file/d/1O8eBZALBM\_DB99f5Ec7vS5-nlA7v4Igx/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1O8eBZALBM_DB99f5Ec7vS5-nlA7v4Igx/view?usp=sharing%0c)

# ANEXO III PLANILHA ORÇAMENTARIA

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1LNCYnVYesm4FUkNiRpzHqUxG1otsk7ls/edit?usp=sharing&ouid=113825669599872968921&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1LNCYnVYesm4FUkNiRpzHqUxG1otsk7ls/edit?usp=sharing&ouid=113825669599872968921&rtpof=true&sd=true%0c)

**ANEXO IV**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**



**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO QUE DETERMINA INCISO V, DO ART.27, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

(Em papel timbrado do licitante)

À Câmara Municipal de Clevelândia – PR

Departamento de Licitação

Assunto: Referência Edital Tomada de Preços nº 001/2022

D E C L A R A Ç Ã O

[Nome da Empresa] , CNPJ n.º

, sediada [endereço completo], declara, sob as penas da lei, QUE está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

[Local e data de realização da Licitação:]

(Nome e assinatura do responsável legal)

(Carteira de identidade - número e órgão emissor)

**ANEXO VI**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

(Em papel timbrado do licitante)

(Local), de de 2022.

À Câmara Municipal de Clevelândia – PR

Departamento de Licitação

Assunto: Referência Edital Tomada de Preços n.º 001/2022

Prezados Senhores,

É com satisfação que passamos às mãos de V. Sª, a nossa proposta para execução dos serviços de REFORMA DO PRÉDIO DA CAMÂRA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA/PR, de acordo com o Edital Tomada de Preços nº 001/2022 e seus anexos.

O preço da proposta, R$.....................

O prazo de validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da licitação.

O prazo de execução do serviço será de 06 (seis) meses, após o recebimento da ordem de serviço pela contratada.

Declaramos expressamente, que nos preços propostos, estão inclusas todas as despesas concernentes a transportes, mão de obra, encargos sociais, assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes à especialidade e tributos, e tudo o mais necessário à perfeita e cabal execução dos mesmos.

Atenciosamente

(Nome e assinatura do responsável legal)

(Carteira de identidade - número e órgão emissor)

# ANEXO VII

# MINUTA DE CONTRATO CONTRATO Nº \_ /2022

CONTRATAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** VISANDO A **REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA/PR**, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA SEGUINTE:

# DAS PARTES:

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.774.503/0001-49, sediado na Rua Dr Francisco Beltrão, 112, Centro, Clevelândia-Paraná CEP: 85.530-000, por intermédio do Presidente do Legislativo, neste ato representado pelo gestor o Sr.

, portador da CI/RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº , e a empresa

, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados no(a) , sediada em , inscrita no CNPJ/MF sob o nº , Inscrição Estadual nº , neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo sócio(s) Sr. , nacionalidade, estado civil profissão, Identidade nº , CPF nº doravante denominada apenas **CONTRATADA**.

**FUNDAMENTO:** Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022**, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 em sua redação vigente, tudo consta do processo administrativo nº **25/2022** que integra o presente instrumento contratual.

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

* 1. Constitui objeto do presente instrumento contratual a **Reforma do prédio da Câmara Municipal de Clevelândia/PR,** conforme especificações contidas no projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos., no Município de Clevelândia atendendo todos os padrões técnicos de qualidade especificados, no Projeto Básico contido no Anexo I.

# CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

* 1. O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses após o recebimento da ordem de serviço pela contratada.
  2. A **CONTRATADA** deverá executar a obra, no prazo máximo definido no cronograma físico-financeiro fornecido pelo Município de Clevelândia que será de 06 (seis) meses **após o recebimento da ordem de serviço pela contratada.**
  3. Deverão ser integralmente obedecidos os prazos parciais e totais previstos no Cronograma Físico-Financeiro, apresentado pela **CONTRATADA** e aprovado pelo **CONTRATANTE** referente à obra.
  4. Os prazos de execução e entrega do objeto, como também, a vigência deste contrato poderá ser prorrogada de acordo com o que dispõe o art. 57 da Lei nº 8.666/93 em sua redação vigente.
  5. As ordens de serviços/execução serão assinadas pelo Presidente da Camara Municipal.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

* 1. Serão observados os seguintes procedimentos para recebimento da obra:
     1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO. a obra será recebida provisoriamente, pela Fiscalização do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;
     2. RECEBIMENTO DEFINITIVO. a obra será recebida definitivamente pela Fiscalização do **CONTRATANTE**, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo de até 90 (noventa) dias úteis contados da emissão do termo de Recebimento provisório, quando, então, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

# CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE, DAS MEDIÇÕES E DAS ALTERAÇÕES

* 1. O valor global do presente contrato é de **R$**

, a serem pagos mediante a emissão de notas fiscais/ faturas, sendo fixos e irreajustáveis durante a vigência deste instrumento.

* + 1. As faturas, devidamente atestadas pelo Departamento Contábil serão pagas até o 30º (trigésimo) dia subsequente à apresentação da nota fiscal. As faturas deverão conter no mínimo os seguintes dados:
       1. Data de emissão
       2. Estar endereçada à Câmara Municipal de Clevelândia, situada a Rua Dr Francisco Beltrão, 112, Centro, CNPJ nº 77.774.503/0001-49
       3. Quantidade executada;
       4. Especificação dos serviços fornecidos;
       5. Preços unitários e totais da fatura.
  1. O valor deste contrato não terá reajuste pelo período de 01(um) ano. Após este prazo o índice de reajuste a ser aplicado é o Índice Nacional da Construção Civil. INCC ou caso seja extinto, outro que venha substituí-lo.
  2. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal gerada após apresentação de medições vistoriadas e assinadas por pessoal habilitado pela Câmara Municipal.
  3. As faturas deverão ser apresentadas de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela **CONTRATADA**.
  4. O Gestor do contrato, somente atestará a prestação dos serviços e liberará a (s) nota (s) fiscal (is)/ fatura(s) para pagamento quando cumpridas pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.
  5. Ao requerer o pagamento da primeira medição, a **CONTRATADA** deverá anexar ao seu requerimento, o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica. ART efetuada no CREA/PR, nos termos da Resolução nº 257 de 19/09/78 do CONFEA, bem como cópia do documento de matrícula (CEI) junto ao INSS, sob pena do não recebimento do pagamento referente à medição requerida.
  6. Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação, pela **CONTRATADA**, de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões de Regularidade Fiscal para com o INSS, FGTS, CNDT, Fazenda Federal, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal.
  7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, fica convencionado que sobre os valores das faturas não quitadas na data de seus respectivos vencimentos, incidirá juros de 0,5% (meio por cento) a.m. , *pro rata die*, desde que solicitado pela CONTRATADA.
  8. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.
  9. Os serviços efetivamente executados pela **CONTRATADA** e aceitos pela fiscalização do **CONTRATANTE**, serão objeto de lançamento no Boletim de medição, que após conferido, será assinado pela Comissão fiscalizadora designada pelo **CONTRATANTE** e pelo preposto da **CONTRATADA**.
  10. O Presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no **art. 65 da Lei nº 8.666/93**, desde que haja interesse das partes, com a apresentação das devidas justificativas adequadas ao caso.

# CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes da presente licitação e de seu respectivo contrato correrão à conta da seguinte rubrica orçamentária:
     + 1. **– Obras e Instalações**.

# CLÁUSULA SEXTA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇOS

* 1. No decorrer da execução dos serviços, poderão ocorrer variações para mais ou para menos, nas quantidades, ficando mantidos os preços unitários, quaisquer que sejam estas variações em cada item, até o limite fixado pelo Art. 65, inciso II, parágrafo 1º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 em sua redação vigente.
  2. Qualquer acréscimo ou supressão no valor inicial do contrato será efetuado mediante aditamento contratual e Ordem de Serviço específica.
  3. Caso venha a surgir no decorrer da obra, determinados serviços que não tenham sido citados na planilha de preços e quantidades, o seu preço unitário será elaborado pelo **CONTRATANTE** em comum acordo com a **CONTRATADA** e aprovado pelo Presidente da Cãmara.
  4. Nenhuma alteração e ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderão ser feita pela **CONTRATADA**, sem a expressa anuência do CONTRATANTE.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

* 1. Além das resultantes da Lei 8.666/93, a **CONTRATADA** se obriga, nos termos do Edital, a:
     1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contratante;
     2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
     3. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas;
     4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
     5. Entregar o objeto do contrato de acordo com as especificações solicitadas;
     6. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos, mandatários ou conveniados; leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto da contratação em questão,

cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou conveniados;

* + 1. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando: em decorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas nas dependências do **CONTRATANTE**;
    2. A **CONTRATADA** não poderá terceirizar a execução parcial ou total do objeto do contrato aqui descrito;
    3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do **CONTRATANTE**;
    4. Executar o objeto do contrato através de pessoas idôneas, com a necessária qualificação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, podendo o **CONTRATANTE** solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente;
    5. Comunicar à fiscalização do **CONTRATANTE**, por escrito, quando verificarem quaisquer condições inadequadas à execução do objeto do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do mesmo;
    6. Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas, e custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transportes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros, enfim todos os custos necessários a fiel execução do objeto deste contrato;
    7. Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. CREA/PR, e outros órgãos, o contrato decorrente da presente licitação, conforme determinada a Lei n.º 5.194 de 21/11/66, Resolução n.º 104 de 22/05/70 do CONFEA;
    8. Responsabilidade civil por dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, sem que lhe caiba em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **CONTRATANTE**;
    9. Executar os serviços com rigorosa observância dos projetos respectivos detalhes, plantas e especificações, sujeitando-se a **CONTRATADA** a orientação e fiscalização da **CONTRATANTE**;
    10. Executar os serviços de acordo com as prescrições e critérios das normas técnicas vigentes, bem como empregar, exclusivamente, materiais de primeira qualidade;
    11. Cumprir com as obrigações elencadas no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma Físico-Financeiro e Projeto;
    12. A **CONTRATADA** providenciará obrigatoriamente placa, identificando o empreendimento, durante o período de duração da obra e devendo ser afixada no prazo de 15(quinze) dias após autorizado o início dos trabalhos, sob pena de suspensão dos pagamentos, até que seja sanada a irregularidade.
    13. Aceitar, nas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
    14. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviços, para representá-lo na execução do contrato, (art. 68, da Lei 8.666/93).
  1. O **CONTRATANTE** obriga-se a:
     1. Fiscalizar a execução dos serviços sem interferir no modo de gestão da contratada;
     2. Designar um gestor para o contrato, que se encarregará de dar todo apoio e conhecimento para que a contratada desempenhe bem o seu papel;
     3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/produtos/materiais entregues, executados e ou fornecidos em desacordo com o contrato;
     4. Proceder ao pagamento da **CONTRATADA**, na forma e prazo pactuados;
     5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
     6. Oferecer livre acesso ao local da obra, como também, delimitar o espaço onde a mesma será implantada, estabelecendo seus limites, e, amarrando pelo menos um destes a um ponto fixo exterior ao mesmo;
     7. Promover o acompanhamento e a fiscalização da obra objeto deste contrato, quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**, inclusive atestando a realização dos serviços contratados;
     8. Comunicar, em tempo hábil, à **CONTRATADA**, a data e a hora dos serviços a serem realizados;
     9. Efetuar mensalmente as medições conforme o cronograma.

# CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO REGISTRO DO DIÁRIO DE OBRA

* 1. A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita pelo **CONTRATANTE** ou por terceiros contratados pela Administração para esse fim.
  2. O livro Diário de Obra deverá ser numerado e estar à disposição no local da obra sendo que sua manutenção e guarda serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, o qual deverá entregar na data do recebimento provisório dos serviços, cópia do Diário de Obra à fiscalização da **CONTRATANTE**.
  3. Além das anotações obrigatórias sobre serviços em andamento, a **CONTRATADA** deverá recorrer ao Diário de Obra sempre que surgirem quaisquer, improvisações, operações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalização de concordância com o assunto relatado.
  4. Serão obrigatoriamente registradas no Diário de Obra:
     1. Pela **CONTRATADA**:
        1. Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento do trabalho;
        2. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
        3. As consultas à fiscalização;
        4. As datas de conclusão das etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
        5. Acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
        6. Respostas às interpelações da Fiscalização;
        7. A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a execução da obra ou serviço;
        8. Outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, deverão ser objeto de registro.
     2. Pela Fiscalização do **CONTRATANTE**:
        1. Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
        2. Observações cabíveis e propósitos de lançamento da **CONTRATADA** no Diário de Obra;
        3. Solução às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**, em correspondência simultânea para a autoridade superior;
        4. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos e do desempenho da empreiteira e sua equipe;
        5. Determinação de providências para o cumprimento dos projetos, especificações e segurança das obras;
        6. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da fiscalização.

# CLÁUSULA NONA. - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

* 1. **DAS PENALIDADES**

9.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções:

1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
2. Multa: Em caso de atraso injustificado na execução do objeto, sujeitar-se-á a **CONTRATADA** à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do contrato, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso. A referida multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação referente à matéria; As multas, indenizações ou outras despesas, impostas à **CONTRATADA** em decorrência do descumprimento de obrigações contratuais e legislação aplicável à espécie, deverão ser recolhidas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data de ciência de sua imposição;
3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 02 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

# DA MULTA

* + 1. A multa contratual será calculada pela seguinte fórmula:

# M = 0,001 x (V/P), onde:

**M = Valor da multa em Reais:**

# V. Valor do contrato, reajustado e atualizado monetariamente se assim a lei permitir em reais:

**P = Prazo de execução em dias:**

# Aplicável, por dia de atraso e consecutivo que exceder o prazo para a conclusão das etapas parciais ou término dos serviços referente à obra objeto deste contrato;

* + 1. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além de perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
    2. Em caso de descumprimento por parte da **CONTRATADA** de qualquer obrigação contratual salvo por motivo de força maior definido em Lei e reconhecido pela autoridade competente, será aplicada à mesma a multa de 0,10% (zero vírgula dez por cento) por dia de atraso sobre o valor global do Contrato, limitado a 10% (dez por cento).
    3. Se a multa aplicada não for paga em até 10 (dez) dias úteis, terá o valor integral dela descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
    4. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea ”b”, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
    5. No caso de aplicação da penalidade constante do item 9.1.1 alínea “d”, a competência é exclusiva do Prefeito Municipal, após facultada a defesa do interessado no respectivo Processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

* 1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos **artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93**:
  2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
  3. Constituem motivo para rescisão do contrato:
     1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
     2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
     3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
     4. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
     5. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
     6. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
     7. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;
     8. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
     9. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
     10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
     11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
     12. A supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1o do art. 65 desta Lei;
     13. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
     14. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
     15. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
     16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
     17. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
     18. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
  4. A rescisão do contrato poderá ser:
     1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos

# incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

* + 1. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
    2. Judicial, nos termos da legislação;
    3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
    4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
       1. Devolução de garantia;
       2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
       3. Pagamento do custo da desmobilização.
    5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
    6. A rescisão de que trata a alínea “a” acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:
       1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
       2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;
       3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
       4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.
  1. O presente contrato poderá ser rescindido, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a **CONTRATADA** tenha direito a indenização, quando:
     1. Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
     2. Ocorrer falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação da **CONTRATADA**;
     3. A subcontratação total ou acima do percentual admitido no instrumento convocatório, a associação da CONTRATADA com outrem, a transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.
  2. O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, quando atendidas às conveniências dos serviços e disponibilidade de recursos financeiros, tendo a **CONTRATADA** direito a receber do **CONTRATANTE**, o valor dos serviços executados, constante das medições rescisórias;
  3. No interesse da Administração Pública, desde que justificado o **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato sendo devido à **CONTRATADA** a percepção do quantum referente aos serviços efetivamente realizados e constantes da medição rescisória.
  4. Ao Prefeito Municipal reserva-se o direito de, diante do não cumprimento do contrato a contento, transferi-lo a um dos demais licitantes, observada rigorosamente a ordem de classificação, nos termos legais, ou ainda de executá-lo diretamente sem que à **CONTRATADA** caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

* 1. O prazo de garantia dos materiais e serviços empregados nas obras contra vícios de qualquer natureza é de 05 (cinco) anos, salvo quando o memorial descritivo ou caderno de especificações técnicas contiver prazo diverso. Ressalvada a responsabilidade prevista na legislação civil (art. 618 do Código Civil Brasileiro).
  2. Verificada a hipótese constante desta cláusula, a CONTRATADA será notificada, sendo-lhe concebido prazo para atendimento. Não havendo qualquer manifestação, o CONTRATANTE providenciará a realização do serviço, devendo seu valor ser indenizado pela CONTRATADA.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS GENERALIDADES

* 1. A **CONTRATADA**, por imperativo de segurança, obriga-se a promover a sinalização da obra, com iluminação para o período noturno, colocando nos locais dos trabalhos, a partir do dia em que estes forem iniciados, painéis e cavaletes de acordo com o modelo aprovado pelo **CONTRATANTE** e sem ônus para o mesmo.
  2. Ao iniciar os serviços, a **CONTRATADA** deverá afixar no canteiro de obra, alusiva à mesma, com as dimensões, dizeres e símbolos a ser fornecida pelo **CONTRATANTE**, placa referente à obra.
  3. Sob nenhum pretexto o **CONTRATANTE** poderá pedir indenização de danos causados por enchentes ou qualquer outro agente físico da natureza. Neste caso, a **CONTRATADA** deverá precaver-se contra riscos através de seguro específico ou de forma que julgar de sua conveniência.
  4. O **CONTRATANTE** exime-se da responsabilidade civil, ficando esta obrigação única da **CONTRATADA**, sendo obrigada a fazer por sua conta, seguro correspondente, inclusive dando cobertura aos danos pessoais ou materiais das obras, objeto deste contrato.
  5. Ao término dos serviços, os locais deverão apresentar-se limpos e desimpedidos.
  6. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do **art. 54, da Lei nº 8.666/93**, combinado com o **inciso XII, do art. 55**, do mesmo diploma legal.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

* 1. Integram o presente instrumento contratual, nos termos do Edital do Tomada de Preços Nº 001/2022 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA e demais documentos pertinentes, independentemente de transcrição.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

* 1. Fica eleito o foro desta cidade para dirimir todas as questões emergentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
  2. E assim, por estarem justos, combinados e contratados, assinam este instrumento, as partes, na presença das testemunhas, que também o assinam.

Clevelândia/PR de de \_ .

|  |  |
| --- | --- |
| **XXXXXXXXXXXXXXXX**  Contratante  **Presidente do Legislativo** | Contratada |

Testemunhas:



CPF

1. \_

CPF

# ANEXO VIII

DECLARAÇÃO – SOMENTE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

(Em papel timbrado do licitante)

Clevelândia, de de 2022.

À Câmara Municipal de Clevelândia

Departamento de Licitação

Assunto: Referência Edital TOMADA DE PREÇOS n.º 001/2022

A empresa......................................., inscrita no CNPJ sob o nº ....................., com sede à

.........................................., na cidade de .............................., estado de ......................., por

intermédio de seu representante legal, para fins de participação na TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022, DECLARA expressamente, sob as penalidade cabíveis, que:

1. Encontra-se enquadrada como empresa de Micro e Pequeno Porte, em atendimento a Lei Complementar 123/2006.
2. Tem conhecimento dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

[Local e data de realização da Licitação:]

(Nome e assinatura do responsável legal)

(Carteira de identidade - número e órgão emissor)